



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

CONTRATO Nº 060/2021/PJ/DER-RO

CONTRATO Nº 060/2021/PJ/DER-RO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER-RO E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PREGOEIROS, PRESIDENTES DE CPL, MEMBROS E EQUIPE DE APOIO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER-RO**, inscrito no CGC (MF) sob o n.º 04-285.920/0001-54, com sede à Avenida Farquar, 2986, complexo Rio Madeira, Anexo Rio Jamari, 4º e 5º Andar, Bairro Pedrinhas, CEP: 76.803-470, Porto Velho-RO, doravante designado **DER-RO**, neste ato representado por seu Diretor Geral, o **Sr. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 518.664 SSP/RO e CPF nº 497.642.922-91, conforme Decreto de 19 de junho de 2020, DOE edição 120, de 23 de junho de 2020 e **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PREGOEIROS, PRESIDENTES DE CPL, MEMBROS E EQUIPE DE APOIO**, CNPJ/MF n.º 28.325.407/0001-08, estabelecida na Rua Gregorio de Matos nº 3652, Setor 06, na cidade de Ariquemes/RO, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Presidente, o **Sr. FERNANDES LUCAS DA COSTA**, portador do RG nº 810.510 SESDEC/RO e CPF nº 799.667.052-87, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.363488/2021-36**, o qual originou o **PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE**, nos termos do Artigo 13, inciso VI c/c artigo 25 “caput” e inciso II, ambos da Lei n. 8.666/1993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Contratação de Empresa Especializada para realização das Oficinas que tratam de temas diretamente voltados para as contratações públicas no **4º Encontro de Pregoeiro de Rondônia**, para profissionais do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, PRAZO DE ENTREGA, LOCAL E GARANTIAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD
01	Contratação de Empresa Especializada para realização das Oficinas que tratam de temas diretamente voltados para as contratações públicas no 4º Encontro de Pregoeiro de Rondônia , para profissionais do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.	UND	13

02	(BÔNUS: PARA CADA 05 INSCRIÇÕES SERÁ CONCEDIDA MAIS UMA (SEXTA INSCRIÇÃO) DE BONIFICAÇÃO)	UND	02
----	---	-----	----

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1. FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS.

- Da aplicabilidade e vedações do pregão eletrônico;
- Cotação eletrônica x dispensa eletrônica;
- Critério de julgamento e orçamento sigiloso;
- Das atribuições do pregoeiro, equipe de apoio e autoridade competente;
- Dos prazos do aviso da licitação, esclarecimentos e impugnações;
- Da forma de envio da documentação de habilitação e proposta inicial;
- As características dos modos de disputa aberto e aberto/fechado;
- Dos procedimentos do pregoeiro na abertura da proposta e fase de lances;
- Da análise de exequibilidade de propostas e lances;
- Da obrigatoriedade de negociação pelo pregoeiro;
- Procedimentos nas etapas de julgamento da proposta, habilitação, adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico;
- Aplicabilidade da Lei Complementar n. 123/2006 na fase externa da licitação.
- Benefícios para as empresas sediadas Local/Regional.

1.2. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP) INTRODUÇÃO

- Conceito Sistema de Registro de Preços;
- Base legal (incluindo a nova legislação: Decreto Federal 7.892/13);
- Vantagens de utilização do SRP (Administração e Fornecedor);
- Como e quando utilizar, planejamento e estruturação;
- Características do SRP, e as modalidades de licitação aplicável;
- Prazo de validade implantar o SRP;
- Fase preparatória à implantação do SRP;
- Providências, responsabilidade e atribuições (Órgão Gerenciador, Órgão Participante e Gestor do Contrato).
- Contratação e controle decorrentes do SRP; Revisão, reajustes e acréscimos; Cancelamento;
- Penalidades

1.3. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 14.133/2021

- Visão geral da nova Lei de Licitações. Abrangência federativa e normas gerais. Aplicação. Princípios e objetivos da licitação. Vigência. Regras de transição.
- Impedimentos para participação nas licitações. Consórcios e cooperativas nas licitações. Função regulatória da licitação e margem de preferência.
- Objeto da licitação: compras, obras, serviços, serviços de engenharia, locação de imóveis e alienações

- Procedimento da licitação: fases interna e externa
- Modalidades de licitação e critérios de julgamento.
- Contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação
- Procedimentos auxiliares: credenciamento, pré-qualificação PMI, sistema de registro de preços e registro cadastral.
- Contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes. Garantias. Alocação de riscos.
- Duração e extinção dos contratos administrativos. Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais.
- Responsabilidade civil contratual. Infrações e sanções administrativas.
- Controle. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

1.4. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS: EQUILÍBRIO-ECONÔMICO, FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1.4.1. A GARANTIA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- Considerações – conceitos e princípios
- A equação econômico-financeira
- A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato ü Momento da formação do equilíbrio econômico-financeiro
- Pressupostos do direito à recomposição do equilíbrio

1.4.2. DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL

- Fatores de desequilíbrio contratual
- Alteração unilateral do contrato
- Alteração consensual do contrato
- Teoria da imprevisão Jurisprudências

1.4.3. RECOMPOSIÇÃO DAEQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Pressupostos do direito à recomposição do equilíbrio
- Instrumentos legais de proteção ao desequilíbrio
- Procedimentos para reequilibrar o contrato administrativo
- Condições necessárias para reequilibrar a equação econômico-financeira
- Mecanismo de recomposição
- Revisão Reajuste Repactuação
- Natureza jurídica da repactuação
- Periodicidade – marco inicial para contagem de prazo
- Possibilidade de cláusula de repactuação e reajuste no mesmo contrato
- Mão e obra e demais insumos
- A partir de que momento a repactuação produz efeito financeiro?
- Preclusão lógica
- Formalização

- Processamento da Repactuação

1.4.4. PROCEDIMENTOS PARA REEQUILIBRAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO

- Análise do pedido para reequilíbrio do contrato
- Procedimentos da administração arts.40 e 41 da IN nº 02/08

1.5. ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO

- Diferença entre Projeto Básico, Termo de Referência e Projeto Executivo;
- Justificativa da necessidade da contratação;
- Cuidados necessários na especificação do objeto da licitação;
- Licitações por item x lote/grupo;
- Das condições de entrega e recebimento do objeto;
- Obrigações das partes e procedimentos de fiscalização;
- Garantia contratual x garantia do objeto;
- Exigência de amostras e documentos de qualificação técnica;
- Pesquisa de mercado x pesquisa de preços;
- Aplicabilidade da Lei Complementar n. 123/2006 na elaboração do Termo de Referência e Edital.

1.6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- Contrato administrativo: cláusulas exorbitantes e cláusulas obrigatórias
- Convocação para assinatura e formalização do contrato
- Instrumento contratual e substitutivos (incluir que ata não é contrato e prestação de serviço sem contrato);
- Garantia contratual;
- Prazo de vigência x prazo de execução, duração do contrato e contagem de prazo;
- Prorrogação contratual: tipos e requisitos;
- Alteração do objeto do contrato;
- Equilíbrio econômico-financeiro;
- Gestão e fiscalização: indicação, acompanhamento e registro;
- Segregação das funções de gestor e tipos de fiscalização;
- Recebimento do objeto, atesto e pagamento;
- Responsabilidade da Administração;
- Aplicação de penalidade;
- Rescisão e Encerramento do contrato;

1.7. ESTUDOS TÉCNICO PRELIMINAR

- Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação O documento para formalização da demanda O documento que materializa os Estudos Preliminares
- Necessidade da contratação;
- Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver;
- Requisitos da contratação;

- Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;
- Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;
- Estimativas de preços ou preços referenciais;
- Descrição da solução como um todo;
- Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto;

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DIÁRIAS DO CURSO

DIA 25/08/2021		DIA 26/08/2021		Dia 27/08/2021	
HORÁRIO	ATIVIDADE	HORÁRIO	ATIVIDADE	HORÁRIO	ATIVIDADE
08:00 as 08:30	Abertura do Evento	08:00 as 10:00	Reajuste, Revisão e Repactuação de Preços: Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos. (Intervalo de 15 minutos para o coffee break).	08:00 as 12:00	Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC Nº.14.133/2021
08:30 as 10:30	Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico (Intervalo 15 minutos Coffee Break)	10:15 as 12:30	Sistema de Registro de Preços - SRP	Das 12:00 as 12:30	Encerramento e Certificação.
10:45 as 12:30	Gestão e Fiscalização de Contratos. (Intervalo 1:30 (Uma Hora e Trinta Minutos) pro Almoço)	14:00 as 17:00	Formação e Atualização de Pregoeiros. (Intervalo de 15 minutos para o coffee break).	-	
14:00 as 16:00	Estudo Técnico Preliminar (Intervalo de 15 minutos para o coffee break)	Após as 17:00	Bate Papo apresentação de Parceiros, e bate papo entre alunos e professores apresentando as problemáticas e dificuldades do dia a dia.	-	
16:15 as 17:30	Demonstração dos sistemas	-	-	-	

LICITANET e			
Banco de Preços			

PARÁGRAFO SEGUNDO - PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO:

1. A prestação de serviço acontecerá no período de 25, 26 e 27 de agosto de 2021, de forma presencial. O curso será ministrado em 19 horas ao longo de três dias consecutivos, sendo oito horas por dia com intervalo mínimo de 1h30m para almoço.
2. Os serviços serão realizados pela Contratada em conformidade com o descrito no Adendo EMENTA - 4º Encontro dos Pregoeiro de Rondônia (0019907031). Destarte, as despesas decorrentes de locomoção, encargos sociais, contratação de mão de obra, serão de responsabilidade da contratada.
3. O referido contrato será acompanhado pela Coordenadoria Administrativa Financeira do DER.

PARÁGRAFO TERCEIRO - LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Hotel Fazenda Minuano - Av. Mal. Rondon, 2018 - 2 de Abril, na cidade de Ji-Paraná - RO, 76900-830.

PARÁGRAFO QUARTO - FORMA DE RECEBIMENTO: EXECUTADO O CONTRATO, O SEU OBJETO SERÁ RECEBIDO:

1. **Provisoriamente**, em até 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
2. **Definitivamente**, em até 03 (três) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;
3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.
4. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.
5. O serviço somente será considerado concluído e em condições de serem recebidas, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração.
6. Caso sejam insatisfatórios os resultados dos serviços, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o serviço em questão será rejeitado, devendo ser refeito em tempo hábil para que não prejudique o andamento das atividades da CONTRATANTE, quando se realizarão novamente as verificações constantes nos itens referenciados, ficando suspenso o pagamento da nota fiscal/fatura, até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, em virtude do decorrente atraso de entrega que será verificado para a hipótese.
7. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a contratante.

PARÁGRAFO SEXTO – DA GARANTIA DO SERVIÇO: O Serviço deverá ser executado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos na **CLÁUSULA SEXTA** deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Prestar informações indispensáveis a regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Realizar a fiscalização e o gerenciamento da execução do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO: Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada.

PARÁGRAFO QUINTO: Remeter à Contratada a expedição da Ordem de Fornecimento para que se efetue seu recebimento no prazo estipulado.

PARÁGRAFO SEXTO: Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO: Executar os serviços de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

PARÁGRAFO QUINTO: Fazer acompanhar, quando da prestação dos serviços, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente aquisição com seus valores correspondentes.

PARÁGRAFO SEXTO: Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste procedimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, traslado (aéreo), hospedagem, transporte (táxi).

PARÁGRAFO OITAVO: Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

PARÁGRAFO NONO: Comunicar a **CONTRATANTE, verbalmente no prazo de 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou de por força maior.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A contratada deverá ter autorização técnica para realizar o curso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Realizar cadastro no sistema SEI, bem como, manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Disponibilizar o local para realização da capacitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Ministrará a capacitação de acordo com as especificações contidas nesse Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Emitir Certificados de Conclusão no final da capacitação, para cada servidor participante.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Enviar para Contratante cópia dos certificados nominais de conclusão, listas de presença.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R\$ 20.800,00** (vinte mil e oitocentos reais), de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da prestação de serviço correrão por conta dos recursos consignados na Fonte de Recurso: **0240** Programa de atividade: **26.122.1015.2087**, Elemento de Despesa: **33.90.39**, do ano de **2021**, provenientes do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO**, e correndo à conta da seguinte programação:

R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), Programa / Atividade – 26.122.1015.2087 – Fonte: 0240– Elemento de Despesa 33.90.39, Inexigibilidade de Licitação - Modalidade: Ordinário, conforme Nota de Empenho nº 2021NE000973 de 18.08.2021 (0020053654).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

1. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

2. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

PARÁGRAFO QUINTO: Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência do Contrato será de 30 dias contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER-RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;
 - 2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;
3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial do contrato;
6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;
7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;
8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa prevista nos subitens **2, 3 e 8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **5 e 6**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO QUARTO: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 78, da Lei 8.666/93, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

1. Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
2. Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
3. Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
4. Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
5. No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento do serviço até a data comunicada no aviso de rescisão;
6. No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão administrativa do contrato em razão da inexecução total ou parcial do seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Oitava, acarreta as seguintes consequências:

1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade na forma do inciso V do artigo 58 da Lei 8.666/93;
3. Execução da garantia contratual, caso prestada, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a elas devidas;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

PARÁGRAFO QUARTO: Ficam os termos do presente contrato vinculados às regras definidas neste instrumento convocatório.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor, nos termos do artigo 55, inciso XI da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: serão solucionados diretamente pela autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes, com a sua posterior publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do que dispõe o art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

Porto Velho/RO, 19 de agosto de 2021.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Diretor Geral do DER/RO

FERNANDES LUCAS DA COSTA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PREGOEIROS, PRESIDENTES DE CPL, MEMBROS E EQUIPE DE APOIO

Visto pelo Procurador do DER-RO.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDES LUCAS DA COSTA, Usuário Externo**, em 19/08/2021, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 19/08/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Roberto dos Santos, Procurador(a)**, em 20/08/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020068387** e o código CRC **D03779F2**.

Referência: Caso responda este Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.363488/2021-36

SEI nº 0020068387